



EDITORIAL / EDITORIAL

À ESCUTA DA PALAVRA

Listening to the Word

Estamos celebrando este ano o 50º aniversário da Constituição Dogmática Dei Verbum (DV) sobre a Revelação Divina. Foi uma das constituições que mais ocupou a aula Conciliar. Começou a se discutir um mês depois do início do Concílio (14/11/1962) e só foi promulgada vinte dias antes de sua finalização (18/11/1965). Na verdade, queria-se falar sobre a revelação, e de fato se fez, mas o caminho não podia ser outro que o da Palavra, pois a revelação de Deus alcança sua plenitude e sua mediação absoluta na Palavra feita carne, Jesus Cristo (cf. DV 2).

O caminho obrigatório para falar da revelação colocou o acento na Palavra de Deus. Mas esta palavra não está “escrita” só nas Sagradas Escrituras, mas também “contida” na Tradição que “o magistério vivo da Igreja” interpreta autenticamente. (cf. DV 9-10) Deste modo, Sagradas Escrituras, Tradição e Magistério ficavam unidos e associados de tal modo que nenhum se compreende sem o outro, “cada um a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas”(DV 10). Mas, a palavra de Deus escrita, a Sagrada Escritura, ocupa o centro da Constituição. Numerosos são os epítetos para se referir a essa centralidade e primazia: com relação à Igreja ela é regra de fé e, mesmo que esta característica seja partilhada com a Tradição, ela é venerada pela Igreja como se venera o próprio Corpo do Senhor. Toda a pregação eclesial e a própria religião cristã são alimentadas e regidas pelas Sagradas Escrituras: “é tão grande a força e a virtude da palavra de Deus que se torna o apoio vigoroso da Igreja, solidez da fé para os filhos da Igreja, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual” (DV 21). Com relação à teologia, a palavra de Deus escrita é “como que sua alma” (DV 24). Investigando e escrutando a palavra de Deus escrita à luz da fé, a teologia se rejuvenesce sem cessar, ela continua a beber da fonte inesgotável do Mistério que é Cristo.

A partir desta centralidade e destaque que recebem as Sagradas Escrituras, a própria Constituição vai propor, abrir e incentivar uma “popularização” das

Sagradas Escrituras através, primeiro, do contato direto de todos os fieis com a palavra. Para isso se recomendam as traduções apropriadas e comentadas nas línguas vernáculas. Segundo, no campo da exegese e da teologia bíblica (“Ciências Bíblicas”) se incentivam a investigação, estudos e interpretação das Letras divinas, sempre em clima de colaboração e comunhão com o Magistério, e tudo isto com o objetivo de fazer possível que o alimento da palavra “ilumine o espírito, robusteça as vontades, e inflame os corações dos homens no amor de Deus” (DV 23). Terceiro, não só se trata da possibilidade de um contato direto com a palavra de Deus, mas o Concílio institucionaliza “o ministério da palavra” desempenhado por clérigos e ministros consagrados legitimamente a esse ministério. Este ministério supõe uma formação sólida nas ciências bíblicas, “estudo aturado”, e uma leitura orante da palavra de Deus a fim de assegurar a comunicação com Deus, “a Ele falamos, quando rezamos, a Ele ouvimos, quando lemos os divinos oráculos” (DV 25). O rezar a palavra de Deus nos coloca num clima de comunicação desde dentro da própria palavra. Cabe destacar que o Concílio exorta com ardor a todos os fiéis a se debruçarem sobre as Sagradas Escrituras seja pela leitura espiritual, seja pela liturgia, seja por outros meios, abrindo assim campo à criatividade e à exploração e incorporação de métodos de estudos e de leitura orante da palavra de Deus mais adaptadas às circunstâncias do povo de Deus que, pelo seu sensus fidei, cumpre uma função específica, junto com o magistério e a teologia, numa maior compreensão da fé transmitida: “Com efeito, progride a percepção tanto das coisas como das palavras transmitidas, quer mercê da contemplação e estudo dos crentes, que as meditam no seu coração (Lc 2, 19. 51), quer mercê da íntima inteligência que experimentam das coisas espirituais, quer mercê da pregação daqueles que, com a sucessão do episcopado, receberam o carisma da verdade” (DV 8).

O destaque dado à palavra de Deus escrita pelo Concílio, bem como suas exortações ao introduzi-la efetivamente na prática pastoral como um ministério específico e a sua incorporação na formação dos clérigos e outros agentes pastorais legitimamente consagrados, contribuíram para uma verdadeira primavera bíblica. O tema bíblico já estava presente em séculos anteriores na preocupação pastoral da Igreja. No século XV, no contexto pré e pós Reforma, existiam restrições para o acesso direto à Bíblia. O Index Librorum Prohibitorum não proíbe a Bíblia, mas condiciona o acesso a uma licença especial para que se pudesse imprimir ou possuir as Sagradas Escrituras em língua vernácula. Tiveram que passar vários séculos para que essa preocupação pastoral encontrasse um novo impulso. Três Encíclicas — Providentissimus Deus, de Leão XIII (1893); Spiritus Paraclitus, de Bento XV (1914); e Divino afflante Spiritu, de Pio XII (1943) — e o código de Direito Canônico, de 1917, promoveram os estudos, a leitura cotidiana e a divulgação das Sagradas Escrituras. Nestes documentos se afirma a necessidade de cautela, cuidado e prudência como condições necessárias para transmitir o autêntico sentido do texto bíblico e não uma mera opinião daquele que o comenta (cf. Providentissimus Deus, 24), sentido que a Igreja mantém ao abrigo de todo erro. Estas condições não estão ausentes na DV, os estudos bíblicos, as traduções e métodos empregados para a interpretação dos textos sagrados estão “sob a vigi-

lância do sagrado Magistério” mas a atmosfera de abertura e “aggiornamento” do Vaticano II e a consciência eclesial de servir à palavra de Deus prevaleceram ao medo ao erro, pois “os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus, para nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras” (DV 11).

As determinações teológicas e pastorais da DV incentivaram a divulgação da Bíblia com suas novas traduções e comentários em línguas vernáculas. Todos os países ou regiões agrupadas linguisticamente fizeram suas próprias traduções. Na celebração da eucaristia a palavra tem o seu próprio momento litúrgico. A Bíblia é lida completamente em três ciclos ao longo de três anos, e em comunidades onde não é possível celebrar a eucaristia começaram as celebrações da palavra, o povo se reúne em torno da palavra de Deus que o congrega no nome e na presença de Jesus (Mt 18, 20). Tudo isso também impactou a pregação e as homilias. De uma pregação centrada mais nas vidas dos santos, passou-se a uma pregação centrada no conteúdo das leituras proclamadas. Um outro efeito no nível popular desta primavera bíblica foi a proliferação de cursos bíblicos acompanhados e promovidos por uma nova geração de exegetas competentes, a leitura orante da Bíblia, os círculos bíblicos realizados por grupos de ruas, as novenas, etc. Tudo isto fez redescobrir a potencialidade da palavra de Deus para animar, robustecer e inflamar a vida de fé do santo povo de Deus para o qual toda razão de encontro é a própria palavra que convoca, anima e ilumina o peregrinar da fé.

Na América Latina, a Bíblia vai constituir o autêntico “voltar às fontes” ao qual convidava o Vaticano II. A reflexão teológica latino-americana da libertação vai considerar sua própria tarefa como uma contínua interpretação da palavra de Deus. Juan Luis Segundo propõe um “círculo hermenêutico” entendido como “contínua mudança em nossa interpretação da Bíblia em função das contínuas mudanças de nossa realidade presente, tanto individual como social”. O caráter circular da interpretação vem a afirmar que cada nova realidade obriga a interpretar de novo a revelação de Deus, a mudar com esta nova interpretação a realidade e, em consequência, a interpretar de novo o texto. Só desde esta circularidade é possível, pensa Segundo, atinar não só respostas novas, mas ao mesmo tempo descobrir novas perguntas. Não é possível responder as novas perguntas sem mudar a interpretação da Escritura. Desta maneira, a teologia volta aos livros com olhos sempre novos. Do contrário, será sempre uma maneira conservadora de pensar e de atuar, não pelo conteúdo, mas pela ausência de critérios atuais para julgar a realidade.

O Brasil é um dos países latino-americanos onde a primavera bíblica mais floresceu. De fato, já antes do Vaticano II e a DV existia no Brasil a Liga de Estudos Bíblicos, hoje quase no anonimato, mas que preparou o terreno para o impulso bíblico promovido pela DV por meio das traduções da Bíblia para o português, as celebrações de atividades ligadas à sua divulgação, artigos, conferências e semanas de estudos. Graças a essas atividades se institucionalizou o “Domingo da Bíblia”, mais tarde transformado em “Mês da Bíblia”. Com o surgimento das

*Comunidades Eclesiais de Base, favorecido pela ecclesologia da *Lumen Gentium*, se consolida a “leitura popular da Bíblia” inspirada no método ver-julgar-agir, sistematizado e popularizado por Carlos Mesters como triângulo hermenêutico: comunidade-Bíblia-realidade. A fundação do Centro de Estudos Bíblicos em 1979, por seu caráter ecumênico, aproximou diferentes tradições cristãs na divulgação, sistematização e fundamentação da leitura popular da Bíblia.*

Por parte da vida religiosa latino-americana, a tentativa mais significativa de responder a esse impulso bíblico o constituiu o “Projeto Palavra-Vida”. No marco das celebrações do “V centenário da evangelização”, a iniciativa da vida religiosa latino-americana buscou alimentar a vida com a palavra de Deus lida a partir dos pobres. Esta leitura comunitária da palavra de Deus quer responder ao chamado de uma “nova evangelização”. A vida religiosa quer aprofundar, em comunhão eclesial, a própria vocação profética, bem como suscitar a conversão à luz dessa palavra e iluminar com a Bíblia a sua missão libertadora. A esperança é que a Bíblia chegue às mãos dos pobres para transformar-se em palavra viva no coração do povo (cf. Puebla, 380). Os critérios desta leitura são: realidade/povo-comunidade/Espírito-texto/Bíblia. O projeto Palavra-Vida tenta resgatar uma verdadeira leitura cristã da Bíblia. Ela é livro da comunidade, sua interpretação é comunitária; o sentido da palavra é fruto do Espírito. Por esta razão, é uma leitura de fé em ambiente de oração e celebração; essa palavra de Deus não pode se separar da vida das comunidades, Deus continua a dialogar com seu povo, o primeiro livro é a vida, que é interpretada pelo segundo livro, a Bíblia (Santo Agostinho). É uma leitura a serviço da vida e por esta razão uma leitura ecumênica. A busca do povo pobre é viver como gente, libertar-se de tudo o que ameaça a vida e a dignidade. O projeto foi proibido pelo episcopado latino-americano por considerar a proposta como uma leitura ideológica e redutora. Sem diálogo, o projeto foi julgado e condenado. A única conferência que assumiu o projeto integralmente, mas sob o nome “Tua palavra é vida”, foi a brasileira. Não é de surpreender que o Brasil é um dos países onde o impulso bíblico se mantém com maior vigor.

*Uma das grandes intuições do Vaticano II foi resgatar a função profética do povo de Deus ao afirmar o *sensus fidei fidelium*. No contexto da DV, os fiéis colaboram no crescimento da “Tradição Apostólica”. O tema do *sensus fidelium* é levado a sério na leitura popular da Bíblia e os novos ares que sopram com o pontificado de Francisco resgatam sem ambiguidade a dignidade do povo santo de Deus. Reconhece-se que, na comunhão eclesial, o rebanho “possui o olfato para encontrar novas estradas”, “Deus dota a totalidade dos fiéis com um instinto da fé – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus” (*Evangelii Gaudium*, 31, 119). A experiência latino-americana tem mostrado como esse contato direto do povo crente com a palavra de Deus tem robustecido sua fé e recuperado o caráter de evangelho da revelação. Fechar-se, suspeitar, ter medo em relação ao povo santo de Deus é fechar-se, suspeitar, ter medo do Espírito Santo, que, para Francisco, numa comunicação dirigida a um congresso de teologia na Universidade Católica de Argentina (UCA), é o sujeito da teologia do povo: “Não nos esqueçamos, o Espírito Santo no povo orante é o*

sujeito da teologia. Uma teologia que não nasça no seu seio, tem esse cheirinho de uma proposta que pode ser bela, mas não real”.

O tema da revelação, por sua própria natureza, colocou a palavra de Deus escrita no centro da vida da Igreja, da espiritualidade e do próprio seguimento de Jesus de modo que a Constituição ousa citar as palavras de São Jerônimo: “ignorar as Escrituras é ignorar Cristo” (DV 25). A DV coloca desde o início a Igreja à escuta da palavra: “Dei Verbum religiose et diuinitate proclama, Sacrosancta Synodus...” e por esta disposição toda a Igreja una se sabe como aquela comunidade que escuta, “ouvinte da palavra” que proclama, o que escuta e transmite não é sua própria sabedoria, mas “a sublime ciência de Jesus Cristo” (DV 21), a Palavra feita carne, evangelho do Pai para toda a humanidade.

No contexto latino-americano, a leitura popular da Bíblia recuperou a dimensão de evangelho da palavra de Deus, “Deus invisível (cf. Col 1,15; 1 Tim. 1,17), na riqueza do seu amor fala aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo. 15,14-15) e convive com eles (cf. Bar 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele” (DV 2). Ao aceitar esse convite, o ser humano experimenta a radical proximidade de Deus no seu próprio caminhar, Deus mesmo está comprometido e sustentando a construção dessa fraternidade, consortium divinae vitae. A palavra de Deus desmascara tudo o que atenta contra essa comunhão e o “ouvinte” aceita entrar nessa dinâmica transformadora do Dabar Adonay, palavra que é experiência de uma potência soberana que transforma a história da comunidade e a existência individual; tal potência soberana se manifesta como Senhor da História e Senhor na História. Na obediência da fé, a Igreja povo de Deus escuta essa palavra e a pratica. Nisto consiste a sensatez e a prudência da Igreja (Mt 7, 21-24): tudo está aí, tudo está aí!

